

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, Ethiopia, P.O. Box: 3243 Tel.: (251-11) 5513 822 Fax: (251-11) 5519 321  
Email: [situationroom@africa-union.org](mailto:situationroom@africa-union.org)

---

## FÓRUM AFRICANO SOBRE AS REFORMAS DO SETOR DE SEGURANÇA

ADDIS ABEBA  
24-26 NOVEMBRO, 2014

### CONCLUSÕES

1. A União Africana (UA) acolheu o Fórum Africano sobre as Reformas do Setor de Segurança (RSS), de 24 a 26 Novembro de 2014, na sua sede em Addis Abeba. O evento foi organizado em colaboração com a República Eslovaca, a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), a Rede Africana do Setor de Segurança (ASSN) e o Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas (DCAF), com o apoio da Equipa Internacional de Assessoria para as Reformas do Setor de Segurança (ISSAT). O Fórum Africano sobre a RSS reuniu representantes dos Estados Membros da UA, das Comunidades Económicas Regionais (CER), Mecanismos Regionais (RMS), do Parlamento Pan-Africano, assim como parceiros e altos funcionários e especialistas Governamentais envolvidos em processos de RSS no continente.
2. O Fórum visou complementar e reforçar os recentes desenvolvimentos normativos, nomeadamente, a adoção do Quadro Referencial de Políticas da UA sobre a RSS, em 2013, o qual "**EXORTA** os Estados-Membros a tirarem partido da política e **ENCORAJA** a Comissão a disponibilizar o apoio necessário aos Estados-Membros nesta matéria". No Fórum discutiu-se ainda a resolução 2151 (2014) do Conselho de Segurança da ONU e destacou-se o papel da ONU e da União Africana no apoio a processos de RSS, em conjunto com outras organizações multilaterais, regionais e sub-regionais. Concomitantemente, o Fórum proporcionou ainda uma plataforma de diálogo para os especialistas e partes interessadas efetuarem um balanço dos desafios e oportunidades únicas, inerentes ao envolvimento e apoio a programas sustentáveis na área de RSS em África. Os participantes analisaram ainda a aplicação da crescente miríade de lições e boas práticas identificadas nos vários programas e processos de RSS que obtiveram sucesso em África.
3. Os participantes discutiram de forma aprofundada uma série de questões temáticas, nomeadamente, o papel da RSS em todo o ciclo de desenvolvimento, a importância da governação, a RSS como um processo político, inclusão, o papel das instituições de segurança e de justiça não-estatais e de cariz tradicional e informal, o planeamento com vista à sustentabilidade, parcerias, coordenação, a necessidade de uma abordagem holística, a coerência na prestação de apoio

(sustentada por um compromisso relativo ao desenvolvimento da apropriação nacional), bem como a importância do controlo e avaliação.

4. Das discussões efetuadas emergiram as seguintes questões-chave:

- **A apropriação nacional não pode ser imposta a partir do exterior.** Deve ser cultivada internamente, tendo em conta a abrangência das necessidades de todas as partes interessadas num contexto específico e visando a transformação, em vez do fortalecimento de instituições de segurança devastadas e negligentes. Os participantes salientaram o papel dos atores de segurança e justiça de cariz tradicional e informal e sublinharam a necessidade da sua melhor integração nos processos de reforma.
- **A importância da liderança política nos processos da RSS.** Foi destacada a necessidade de liderança política em todas as etapas da RSS, nomeadamente, nas fases de conceção, mobilização de recursos, implementação e coordenação dos processos nacionais de RSS, tendo em consideração que os mesmos envolvem extensas implicações políticas.
- **Um dos principais desafios identificados foi a existência de limitada capacidade no que diz respeito à construção de instituições de segurança e justiça eficazes e responsáveis, em contextos de conflito e pós-conflito.** Os participantes enfatizaram a necessidade de um maior esforço no fortalecimento dos vínculos entre DDR e RSS, bem como a sua efetiva integração no que concerne às prioridades mais amplas relativas ao desenvolvimento e boa governação em contextos de reconstrução. Ressaltaram ainda a necessidade de incorporar as questões relativas ao género como parte do processo e dos resultados esperados das reformas encetadas.
- **Necessidade de reforçar a capacidade da União Africana em matéria de RSS, no sentido de esta providenciar um melhor apoio às crescentes solicitações dos seus Estados-Membros.** Os participantes realçaram o potencial que poderia advir do apoio técnico prestado pela União Africana em questões de RSS, tendo

em conta o número crescente de pedidos que atualmente são dirigidos à UA pelos seus Estados-Membros. Este apoio só poderá ser concretizado se a União Africana dispuser de capacidade adequada relativamente a questões de RSS.

- **As questões de coordenação continuam a constituir um dos principais desafios para a implementação efetiva da RSS.** Embora a coordenação da RSS seja uma responsabilidade das autoridades nacionais, na prática assistimos que, frequentemente, os países emergentes de situações de conflito não dispõem de capacidade para efetuar a coordenação da assistência internacional. Os participantes identificaram algumas boas práticas em matéria de coordenação, incluindo aspetos relativos à avaliação da situação e respetivas necessidades em conjunto com os parceiros, no sentido de apoiarem os países na formulação da sua própria visão para a reforma do sector da segurança.
- **A implementação da RSS deve colocar igual ênfase no que diz respeito ao alcance da eficácia dos provedores de segurança fundamentais, bem como no que concerne à sua adequada gestão e supervisão.** A RSS envolve não só a criação de instituições de segurança eficazes de forma coerente, como também implica o estabelecimento dos fundamentos de boa governação a que as mesmas se devem subordinar. Esta última área continua a ser negligenciada no apoio internacional prestado aos processos de RSS. No entanto, a UA não deve perder de vista a necessidade de desenvolver capacidades para estancar a violência e as atrocidades em áreas de conflito, antes de serem colocados em prática quaisquer planos de RSS.
- **Boa governação, supervisão e gestão do setor de segurança, inclusive no que respeita à área da gestão financeira pública, devem constituir prioridades fundamentais no contexto de prestação de apoio internacional.** Existe uma necessidade de reequilibrar a predominância da componente de desenvolvimento de capacidades no contexto de processos e programas de RSS, com vista a estabelecer paridade no que concerne a atenção dedicada à priorização da utilização eficaz, eficiente e responsável dos recursos existentes e

previstos. Os participantes concordaram que a reforma do sector da segurança pode originar despesas significativas para os países, as quais, se não forem controladas, podem comprometer outras prioridades de desenvolvimento. Neste sentido, observaram que as reformas devem ser alicerçadas em leis e outros enquadramentos de políticas robustos em matéria de gestão financeira pública, no sentido de as mesmas poderem ser sustentáveis e responsáveis. Os participantes identificaram ainda abordagens e ferramentas inovadoras para uma gestão transparente dos recursos humanos e dos procedimentos de aquisição.

- **A RSS como uma importante ferramenta de construção da paz.** A RSS pode contribuir para aumentar a segurança, tanto do próprio Estado como do seu povo, assim como promover a paz, o desenvolvimento e a prosperidade económica de todos. Os participantes identificaram a edificação de estruturas inclusivas para pilotar as reformas encetadas, envolvendo a participação de organizações da sociedade civil e mulheres, como um elemento importante para se alcançar o sucesso. Concordaram ainda com a necessidade de um trabalho contínuo, tendo por base os sucessos alcançados no imediato, por forma a preservar a dinâmica no que respeita às reformas de longo prazo.
- **A RSS também é um instrumento fundamental nos processos de estabilização.** A sua capacidade de lidar com as causas subjacentes ao conflito, advém do seu compromisso no que concerne ao estabelecimento de diálogo. As partes envolvidas no conflito podem encontrar soluções de partilha de poder relativamente a questões de segurança nacional, mediante a concretização de um diálogo inclusivo e que descarte a continuação do conflito violento e trágico mediante soluções puramente militares. Neste sentido, a RSS pode ser utilizada como uma ferramenta política para enfrentar os violentos desafios de segurança, particularmente, em contextos de estabilização.
- **O papel crucial das organizações regionais e sub-regionais em processos de RSS.** Os participantes destacaram o papel relevante que as organizações

regionais e sub-regionais podem desempenhar nos processos de RSS, tendo em conta a natureza transfronteiriça de vários desafios de paz e segurança. Por outro lado, salientaram a função central que as Nações Unidas desempenham em todas as questões globais de paz e segurança, assim como a responsabilidade dos Estados-Membros da UA providenciarem segurança aos seus próprios estados e respetivos cidadãos.

▪ **Colocar enfoque sobre a implementação de atividades de RSS no terreno.**

Salientou-se o fato da UA possuir inúmeras políticas que não estão sendo efetivamente implementadas. Neste sentido, exortou-se para que o mesmo não aconteça com o Quadro Referencial de Políticas da UA sobre a RSS e, como tal, o caminho a seguir deverá centrar-se na sua implementação.

5. Os representantes dos Estados-Membros da UA, das Comunidades Económicas Regionais, do Parlamento Pan-Africano e das Organizações da Sociedade Civil realizaram discussões francas e abertas sobre o valor acrescentado que poderá advir da constituição de um Grupo Africano de Amigos da RSS. Os participantes consideraram a ideia interessante, mas referiram a necessidade de possuírem mais informação – especialmente, no que diz respeito à sua constituição, mandato e complementaridade relativa às estruturas já existentes - antes de ser tomada qualquer decisão. Foi então sugerido que a Comissão da UA desenvolva mais algum trabalho de base, no sentido de ajudar as várias partes interessadas a entender o conceito, a lógica e o valor acrescentado da criação de um Grupo específico de Amigos da RSS constituído por Estados Membros da UA. O Departamento de Paz e Segurança da UA ficou incumbido de assumir a liderança do processo de consulta.